

Um ano de Lula (III): política econômica

Uma das dimensões deste primeiro ano do governo Lula mais surpreendente para muitos observadores foi a política econômica, ao menos na assim chamada gestão macroeconômica — compreendidas aí as políticas monetária e fiscal. O rigor adotado na condução de ambas, seja pela persecução de um superávit primário elevadíssimo, seja pela imposição de altas taxas de juros, pareciam chocar-se com o que o PT havia pregado no passado. Dentre diversos indicadores a demonstrar o quanto a linha seguida pelo governo de fato surpreendeu a diversos agentes sociais figuram a turbulência dos mercados na transição de governo e as dramáticas reações de setores do petismo — culminando com a expulsão de uns e a defecção de outros.

Mas talvez as posições adotadas pelo atual governo não sejam tão surpreendentes se levarmos em consideração alguns precedentes. Primeiro, a gestão fiscal que as prefeituras e governos petistas tradicionalmente seguiam. Quiçá com uma ou outra exceção, os governos do partido marcaram-se historicamente, ao menos desde a safra de prefeituras de 1988, pelo rigor. Nalguns casos, como durante o governo Erundina em São Paulo, tal era a rigidez da gestão do então secretário Amir Khair nesse quesito que acerbos conflitos travaram-se entre dirigentes partidários e membros do governo, acusados estes à época de “administrativismo” por muitos que agora ocupam o núcleo duro palaciano. Um segundo precedente, mais amplo, é a costumeira moderação por que passam partidos de esquerda quando chegam ao Poder Executivo. Para não mencionar a histórica transição da social-democracia européia, poderíamos mencionar o recente caso do Partido Democrático de Esquerda na Itália (ex-PCI), que ocupando o governo pela primeira vez na sua história, implantou o maior ajuste fiscal que o país conheceu. Não casualmente (vejam a coincidência) deu-se o rompimento pela esquerda e a criação da Refundação Comunista.

Ao completar sua transição rumo à política macroeconômica convencional, o PT proporcionou a consolidação no país de um regime econômico cujas bases haviam sido lançadas por FHC. Falta agora a criação das mesmas condições no plano regulatório (ou microeconômico). Nessa seara, a despeito de uma sinalização algo errática e das invectivas chavistas do aliado Requião no Paraná, o governo parece também caminhar célere rumo à adoção de posturas mais convencionais, ao menos no que concerne a fixar regras claras de contratação de serviços públicos, estabelecer parcerias públicas-privadas etc..

Lula fez uma opção pelo mercado

Consumando-se tal mudança, de fato o novo regime econômico se institucionaliza. Devemos esperar, para os próximos encontros e congressos do partido, uma mudança bastante considerável da retórica petista, capaz de absorver a nova realidade.

Todavia, essa reorientação não é um processo unívoco e desprovido de tensões internamente ao próprio Executivo. Um aspecto bastante curioso do atual governo é sua composição com atores de orientações políticas e ideológicas díspares. Apenas para pensarmos nos nomes, se por um lado temos Palocci/Marcos Lisboa e Meirelles, por outro figuram Guido Mantega e Carlos Lessa. É indiscutível que a Fazenda e o BC têm maior peso que o Planejamento e o BNDES, mas ainda assim trata-se de uma compensação ao setor heterodoxo/keynesiano. Poderíamos ainda verificar o contraste entre os ministros do mercado, Furlan e Rodrigues, de um lado, e a planejadora estatal Dilma Rousseff, de outro. Essas tensões expressam-se no dia-a-dia do Executivo, cabendo ao presidente arbitrá-los. Lula parece apreciar bastante a existência dessas tensões, permitindo-se construir os rumos de seu governo com base no que pode extrair do enfrentamento entre as posições e interesses representados. Assim, as dissonâncias governamentais com relação a aspectos da política econômica seriam algo mais que meras contradições: parecem ser o fruto de uma escolha política do próprio presidente.

Ademais, o anúncio governamental, de quatro opções estratégicas (semicondutores, software, fármacos e bens de capital) para conduzir uma política industrial, afasta bastante a gestão econômica de qualquer coisa que se assemelhe a uma opção pelo laissez-faire. Levando-se ainda em consideração que a própria Fazenda participou da definição desta política, temos uma postura que — ao menos neste aspecto — diferencia o governo Lula consideravelmente daquele de seu antecessor. As tentativas de levar a cabo uma política industrial durante a gestão FHC, por parte dos setores “desenvolvimentistas” do PSDB, eram frequentemente abortadas pelo núcleo duro dos gestores econômicos e, de fato, nada de significativo se viu na gestão passada que pudesse assemelhar-se a uma tentativa governamental de impulsionar competitivamente determinados segmentos produtivos. Caso o atual governo seja capaz de impulsionar esta iniciativa, poderá livrar-se da pecha de não ter um projeto econômico próprio, sendo um mero continuador das iniciativas de Fernando Henrique. Mas é bom ter em vista que o sucesso deste empreendimento requer clareza na definição da política científica, algo em que até este momento a atual gestão saiu-se muito mal.

Cláudio Gonçalves Couto é cientista político e professor do Departamento de Política da PUC-SP

E-mail claudio.couto@pucsp.br